

Resumo: A afirmação da infraestrutura tecnológica de suporte à investigação científica tem vindo a provocar alterações no modo como os investigadores dão a conhecer os resultados das suas investigações. O Acesso Aberto tem sido uma das estratégias adotadas, mas com impacto distinto nas diferentes comunidades científicas. Com base num inquérito feito à comunidade de historiadores em Portugal, apresenta-se neste estudo a opinião que têm relativamente ao Acesso Aberto como meio de dar maior visibilidade ao seu trabalho e as práticas de publicação que adotam.

Palavras-chave: Comunicação académica; Acesso Aberto; História; Portugal

Abstract: The wide use of technological infrastructures to support scientific research has been changing the way researchers disseminate the results of their research. Open Access has been one of the strategies adopted, but with different impact depending on the scientific communities. Based on a survey, the perception of historians in Portugal as to Open Access is presented in this study, in particular as a means of improving the visibility to their work, as well as the publishing practices adopted.

Keywords: Scholarly communication; Open Access; History; Portugal

1. Introdução

Em 2009, David J. Staley, historiador norte-americano e antigo Diretor Executivo da *American Association for History and Computing*, dava conta do seu desalento pelo facto de os historiadores se manterem relutantes em usarem o meio digital para publicarem os seus trabalhos, chamando a atenção para a escassez de títulos periódicos eletrónicos especializados em História e disponíveis em livre acesso (STALEY, 2009).

Efetivamente, vários são os estudos que, na primeira década do século XXI, apontam para a pouca penetração dos meios de publicação electrónica na área das Artes e Humanidades, na qual se inclui a História (NENTWICH, 2003; GRIFFITHS; DAWSON; RASCOFF, 2008; HEATH, JUBB; ROBEY, 2008; BJÖRK *et al.*, 2010; BORGMAN, 2010). As especificidades da sua cultura epistémica (Cronin, 2003), bem como a prevalência de esquemas mais tradicionais no modo como os historiadores comunicam a sua investigação (DALTON, 2008; WILLIAMS *et al.*, 2009), estarão na base deste fenómeno.

Surgido nos finais do século XX como reação aos interesses comerciais que condicionaram o acesso das comunidades científicas a conteúdos especializados, o movimento do Acesso Aberto tirou partido das vantagens oferecidas pela nova infraestrutura tecnológica de suporte à investigação científica, composta por computadores ligados entre si, bases de dados em linha, bibliotecas digitais e publicações

electrónicas, entre outros, a qual acelerou o desenvolvimento de novas formas de produzir e difundir a ciência, transformando a academia num espaço onde o digital está cada vez mais presente (BORGMAN, 2010; HARNAD, 2010).

Embora a livre disponibilização de informação científica possa ser feita por diversas vias, o Acesso Aberto tem-se organizado sobretudo em torno de dois modelos: a “via verde” e a “via dourada”. Na sua essência, estas duas estratégias distinguem-se pelo facto de a primeira se concretizar em torno do depósito de publicações em repositórios institucionais e temáticos, enquanto que a via dourada implica a publicação em revistas científicas, com arbitragem pelos pares, mas livres de assinaturas ou taxas de acesso, proporcionando acesso imediato aos seus conteúdos (SUBER, 2012).

Apesar do sucesso das revistas de Acesso Aberto, e do seu rápido crescimento (Jubb, 2013), algumas questões se colocam quanto à sua sustentabilidade financeira. Ao isentar os utilizadores de pagar o acesso aos conteúdos, o modelo de financiamento foi adaptado, passando comumente os autores (ou as instituições às quais estão afiliados) a pagar taxas de publicação e/ou revisão. Contudo, se em algumas áreas científicas este modelo parece ser bem aceite (Bernius *et al.*, 2013), o mesmo não está isento de polémicas que têm sobretudo a ver com o lucro dos editores e o custos para as instituições (BERNIUS *et al.*, 2013; RIZOR; HOLLEY, 2014).

Nos últimos anos, considerando que muita da investigação científica é custeada por dinheiros públicos, várias têm sido as iniciativas no sentido de promover o acesso irrestrito aos resultados daí decorrentes.

Em 2008, a União Europeia lançou um projeto piloto no âmbito do 7.º Programa Quadro (FP7), solicitando que as publicações resultantes de projetos financiados nesse contexto fossem disponibilizadas em Acesso Aberto, em prazos que variavam entre 6 e 12 meses, dependendo da área científica (COMISSÃO EUROPEIA, 2012). Os resultados de um questionário, realizado em 2011, mostram que a maioria dos participantes nesta iniciativa não teve problemas com o auto-arquivo. Para além da adoção da via verde, este programa contemplava ainda a possibilidade dos resultados das investigações serem publicados em revistas de Acesso Aberto, sendo possível o reembolso de taxas de publicação. Contudo, foi possível constatar que essa possibilidade se revelou bastante difícil para as Humanidades, nas quais a monografia prevalece como principal artefacto de comunicação (COMISSÃO EUROPEIA, 2012).

Um outro estudo, também desenvolvido pela Comissão Europeia (2011), revelou uma melhoria significativa no livre acesso à informação científica, no espaço europeu, nos últimos anos. Para tal, foi determinante, para além da aposta na já referida infraestrutura, a adoção de políticas institucionais mandatórias de Acesso Aberto por parte de universidades e outros organismos ligados à investigação. Mais recentemente tais mandatos têm vindo a ser emitidos por agências nacionais e regionais de financiamento, bem como pelos próprios governos (COMISSÃO EUROPEIA, 2011).

Se, numa primeira fase, estes mandatos diziam sobretudo respeito ao depósito de trabalhos em repositórios institucionais, a publicação em revistas de Acesso Aberto tem vindo, progressivamente, a ser contemplada (COMISSÃO EUROPEIA, 2011; SCHMIDT; KUCHMA, 2012). No entanto, as reações a estes mandatos têm sido diferentes dependendo da via adotada e da comunidade epistémica em causa.

No Reino Unido, o anúncio, em julho de 2012, de um mandato de Acesso Aberto que privilegiava a via dourada (REINO UNIDO, 2012), esteve na origem de uma discussão que envolveu a comunidade de historiadores. Embora não se mostrassem contrários ao princípio do Acesso Aberto, vários grupos de académicos e instituições britânicas reagiram ao mandado do Governo (e a outros se que lhe seguiram), afirmando que o mesmo não se adequava às práticas de publicação por eles utilizadas. Destacavam, entre alguns outros aspetos, que as revistas não são o principal meio de publicação da investigação em História, que o número de títulos periódicos de História em Acesso Aberto era reduzido e com pouco prestígio e que a transferência dos custos de publicação para os autores poderia ter consequências gravosas tendo em conta o financiamento disponível (HISTORY UK, 2012; ROYAL HISTORICAL SOCIETY, 2013).

Num estudo que comparou mais de 600 de revistas em livre acesso de várias áreas científicas (WALTERS; LINVILL, 2011) é possível verificar que, embora o número de títulos de História não seja inferior ao outros domínios analisadas, o número de artigos que publicam anualmente é bastante mais reduzido, o que, segundo os autores, estará relacionado com o menor valor dado aos artigos científicos nessa área. Um outro resultado do estudo é que dos dez títulos analisados, apenas um tem Fator de Impacto, o que vai ao encontro das observações feitas pelos historiadores britânicos.

Em Portugal, o sucesso do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, que agrega os repositórios de numerosas instituições de investigação, para além de outros recursos, evidencia que o movimento de Acesso Aberto tem já alguma tradição entre nós (UMIC, 2011). No entanto, o facto de a Política de Acesso Aberto da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que combina a via verde com a via dourada, ser muito recente – em vigor desde maio de 2014 – (PORTUGAL. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2014), não nos permite saber ainda o impacto que tem na comunidade científica nacional. Não obstante, um estudo desenvolvido por Príncipe *et al.* (2012) revela que a grande maioria dos investigadores portugueses concorda com o princípio de se disponibilizarem, em Acesso Aberto, as publicações científicas resultantes de projetos financiados por fundos públicos e que cumpririam um mandato da FCT. É ainda de assinalar que a generalidade dos respondentes concorda que os repositórios aumentam a visibilidade, a disseminação e o impacto dos resultados da investigação. Já no que respeita à visão das diferentes comunidades científicas os dados disponíveis são escassos e resultam de estudos em torno de contextos institucionais e não epistémicos.

Uma análise das revistas de História publicadas em Portugal, revelou que estes periódicos continuam a ser essencialmente em formato impresso (GUARDADO; BORGES, 2011). No entanto, vários são os casos em que os artigos são livremente acessíveis na Web, através das entidades que os publicam ou dos repositórios institucionais às quais estão afiliadas. Tal evidencia o reconhecimento da importância do meio digital e do acesso livre como veículos para aumentar a visibilidade da historiografia portuguesa, posição igualmente defendida por Cunha e Cardim (2012).

Tendo em conta o quadro descrito, procura-se neste trabalho dar a conhecer a opinião que têm sobre o Acesso Aberto os investigadores que, em Portugal, atuam no campo da

História, bem como outros aspetos relacionados com a publicação das duas investigações¹.

2. Metodologia

Dado que no nosso país a investigação científica se desenvolve essencialmente em Unidades de I&D financiadas e avaliadas pela FCT, este foi o cenário de pesquisa escolhido. No total consideraram-se 15 das 17 Unidades de História financiadas após a avaliação de 2007 (MATOSO *et al.*, 2011). As duas Unidades excluídas foram-no por serem especializadas em Arqueologia, área que embora se enquadre na História, é vista como uma ciência autónoma.

Ao considerarem-se apenas os investigadores com ligação a Unidades de I&D financiadas pela FCT no domínio científico da História, adota-se um método de amostragem por conveniência. Esta opção pode ser vista como uma limitação do estudo, na medida em que existem outras Unidades de I&D de História em atividade, mas não financiadas pela FCT². Não obstante, tratando-se de um estudo de natureza exploratória, e não havendo pretensões de extrapolar os resultados para outras comunidades que não a estudada, considera-se adequado o método escolhido.

Quanto à população envolvida no estudo, esta é constituída pela totalidade dos investigadores com ligação às Unidades de I&D consideradas, os quais, de acordo com os dados recolhidos entre 12 e 14 de junho de 2013, se estimam em 1749 indivíduos.

Como meio de recolha dos dados foi criado um questionário em linha, que esteve disponível entre 15 de junho e 15 de agosto de 2013. O seu preenchimento foi solicitado através das direções das Unidades de I&D integradas no estudo.

3. Caracterização da amostra

No total registaram-se 108 respostas válidas, sendo 58 de homens (53.7%) e 50 de mulheres (46.3%). Em termos etários, a maior fatia situa-se entre os entre 36 e 45 anos de

¹ O presente trabalho insere-se numa investigação em curso no âmbito do Curso de 3.º Ciclo (Doutoramento) em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, lecionado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pelo Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. A investigação tem orientação científica de Armando Malheiro da Silva, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e de Maria Manuel Borges, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e tem como objetivo geral saber que uso fazem os Historiadores, integrados nas Unidades de I&D portuguesas de História, dos meios digitais para produzir e disseminar o conhecimento científico.

² Veja-se o caso do Centro de História da Faculdade de Letras Universidade de Lisboa (cuja página web está disponível em <http://www.centrodehistoria-flul.com/>, consult. 15 set. 2014) que tendo perdido o seu financiamento na sequência do exercício de avaliação de 2007 (<http://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2007/areas?aid=f212AA982-4AAA-4A53-BoFF-1464873DBA45>}, consult. 15 set. 2014) continua em atividade.

idade, seguindo-se os indivíduos com idades nas faixas dos 26 a 35 anos e dos 46 a 55 anos (cf. Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição dos Respondentes em Função da Classe Etária (N = 108)

Classe etária	n	%
≤ 25	1	0.9
26-35	28	25.9
36-45	36	33.3
46-55	28	25.9
56-65	12	11.2
≥ 66	3	2.8
Total	108	100.0

Embora todos os respondentes desenvolvam investigação que se inclui na área científica da História, algumas das Unidades de I&D estudadas são multidisciplinares, pelo que as suas equipas são integradas por investigadores com formação académica em outros domínios científicos. Assim, apesar da larga maioria dos inquiridos possuir um grau académico em História, outros domínios científicos estão também representados (cf. Tabela 2). Relativamente aos graus académicos, o doutoramento destaca-se como mais elevado, seguindo-se o mestrado.

Tabela 2

Distribuição dos Participantes em Função da Formação Académica (N = 108)

Domínio científico	Grau académico								Total	
	Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		Agregação			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
História (n = 87; 80.6%)	7	8.1	27	31.0	45	51.7	8	9.2	87	100.0
Outros domínios (n = 21; 19.4%)	4	20.0	7	35.0	9	45.0	0	0.0	21*	100.0
Ciências da Vida e da Saúde	0	0.0	2	9.5	2	9.5	0	0.0	4	19.0
Ciências Exatas e da Engenharia	0	0.0	1	4.8	0	0.0	0	0.0	1	4.8
Ciências Naturais e do Ambiente	0	0.0	0	0.0	1	4.8	0	0.0	1	4.8
Ciências Sociais e Humanidades	4	19.0	4	19.0	6	28.6	0	0.0	14	66.7
Total	11	10.3	34	31.7	54	50.5	8	7.5		

* Um respondente foi excluído da análise dentro do grupo de outros domínios científicos, na medida em que assinalou deter neste âmbito, como mais elevado, o grau académico de licenciatura no conjunto total desses domínios. Deste modo, para o cálculo das frequências para cada um dos domínios científicos adicionais, considerando os diferentes graus académicos, foi considerado um n = 20.

Relativamente à carreira profissional (Tabela 3), a maior percentagem de participantes insere-se na categoria de Bolseiro, seguindo-se os Docente do Ensino Superior Universitário e os Investigadores.

Tabela 3

Distribuição dos Participantes em Função da Carreira Profissional (N = 108)

Categoria	Total	
	n	%
Docente do Ensino Superior Universitário	24	22.2
Docente do Ensino Superior Politécnico	5	4.6
Investigador	22	20.4
Bolseiro	32	29.6
Aluno	11	10.2
Outro	14	13.0
Total	108	100.0

Quanto à Unidade de I&D à qual os participantes estão afiliados (Tabela 4), constata-se que o CITCEM concentra a maior parte dos elementos desta amostra, seguido do CHAM e do IHC³.

Tabela 4

Distribuição dos Participantes em Função da Unidade de I&D de Afiliação (N= 106)

Unidade de I&D	n	%
Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP)	1	0.9
Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)	5	4.7
Centro de Estudos Históricos (CEH)	6	5.7
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20)	12	11.3
Centro de História da Cultura (CHC)	2	1.9
Centro de História de Além-Mar (CHAM)	17	16.1
Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM)	26	24.5
Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS.UE)	6	5.7
Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT)	7	6.6
Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)	1	0.9
Instituto de Estudos Medievais (IEM)	7	6.6
Instituto de História Contemporânea (IHC)	16	15.1
Total	106	100.0

³ Apesar de todos os esforços desenvolvidos no sentido de obter resposta de investigadores de todas as Unidades consideradas na investigação, nenhum dos participantes indicou pertencer ao Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi, da Universidade de Évora), ao Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC, da FLUC) ou ao Gabinete de História Económica e Social (GHES, do ISEG).

4. Apresentação dos resultados

Visto que a literatura sobre os hábitos de publicação dos historiadores apresentam uma prevalência das monografias face aos artigos em revistas, procurou esclarecer-se a situação em Portugal. Assim, solicitou-se aos participantes no estudo que mencionassem os meios utilizados para divulgar a sua investigação, indicando o número de itens publicados nos últimos cinco anos. Das respostas recolhidas (Tabela 5) constata-se que os capítulos de livros se destacam, representando um total de 382 publicações, seguindo-se os artigos em revistas científicas nacionais, com um total de 260 publicações, e as comunicações em atas de conferência com sistema de arbitragem, com um total de 236 publicações. As monografias, a sua edição literária ou coordenação científica, bem como os capítulos de livros apontam para uma tipologia documental comumente referida como determinante face a outro tipo de publicações.

Tabela 5

Total, Média e Desvio-Padrão de Publicações nos Últimos Cinco Anos

Publicação	N	Total	Média	Desvio-padrão
Monografias	103	150	1.46	2.69
Edição literária/coordenação científica de monografias	103	139	1.35	4.28
Capítulos de livros	103	382	3.71	6.33
Artigos em revistas científicas internacionais	103	217	2.11	2.84
Artigos em revistas científicas nacionais	103	260	2.52	3.23
Comunicação em atas de conferência com sistema de arbitragem	103	236	2.29	3.89
Comunicação em atas de conferência sem sistema de arbitragem	103	233	2.26	4.20
Publicação de fontes	103	117	1.14	3.20
Catálogos de exposições	103	53	0.51	1.77
Relatórios científicos e técnicos	103	141	1.37	3.35
Criação de bases de dados	103	91	0.88	3.12
Criação de website	103	41	0.40	0.73
Conteúdos multimédia	103	114	1.11	4.98
Outras	103	50	0.49	2.43

Considerando que a escolha dos canais de comunicação da investigação está condicionadas por fatores variados, questionaram-se os investigadores sobre a importância de determinados fatores na submissão de um trabalho para publicação. Os resultados, coligidos na Tabela 6, apresentam os valores médios (e respetivos desvios-padrão), considerando uma escala de 1 – *Nada importante* a 5 – *Extremamente importante*. Verifica-se que todos os fatores apresentam valores médios elevados, destacando-se o prestígio da publicação na área como o fator mais importante, seguido da reputação do conselho editorial da publicação e da sua indexação em bases de dados internacionais. A disponibilização de uma versão eletrónica é também considerada importante, mas muito próxima da disponibilização de uma versão impressa.

Tabela 6

Média e Desvio-Padrão da Importância de Fatores na Submissão de um Trabalho para Publicação

Fator	N	Média	Desvio-padrão
Reputação do conselho editorial	105	3.79	0.98
Prestígio da publicação na sua área	105	4.37	0.87
Dimensão da sua audiência potencial	104	3.62	0.96
Especificidade da sua audiência	104	3.65	0.98
Afiliação institucional	104	3.21	1.05
Rapidez do processo de revisão (<i>peer-reviewing</i>)	105	3.38	1.05
Indexação em bases de dados internacionais (ex. <i>Web of Knowledge, Scopus, Historical Abstracts</i>)	105	3.74	1.14
Frequência de citação	104	3.24	1.18
Disponibilização de uma versão eletrónica	104	3.54	1.10
Disponibilização de uma versão em papel	104	3.41	1.10
Disponibilização em livre acesso na Internet	105	3.53	1.14
Facilidade de aceitação dos artigos submetidos	104	3.37	1.26
Facilidade de acesso por parte do grande público	104	3.60	1.26
Redução dos encargos das bibliotecas e leitores no acesso	104	3.25	1.29
Tipo de proteção dos direitos de autor	100	3.22	1.31

Quanto à temática do Acesso Aberto, apenas 105 sujeitos responderam à questão “Alguma vez ouviu falar no movimento do Acesso Aberto?” Destes, 81 (77.1%) responderam afirmativamente, enquanto 24 (22.9%) reconhece nunca ter ouvido falar deste movimento.

Quando questionados se alguma vez disponibilizaram alguma publicação com base no modelo de Acesso Aberto (Tabela 7), a maioria dos respondentes refere que já recorreu a esta estratégia. Os meios mais frequentemente utilizados foram o auto arquivo num repositório, seguido da publicação em revistas em Acesso Aberto. Apenas 18 respondentes assumem nunca ter recorrido ao modelo de acesso aberto para a disponibilização de publicações.

Tabela 7

Disponibilização de Publicações em Acesso Aberto

			Total	
	n	%	n	%
Sim			48	60.7
Autoarquivo num repositório	31	64.6		
Revista em acesso aberto	25	52.1		
Livro e/ou capítulo de livro em acesso aberto	19	39.6		
Não			18	22.8
Não sei			13	16.5
Total			79	100.0

Os investigadores foram ainda inquiridos sobre os aspetos positivos e negativos associados à publicação em Acesso Aberto. Dos resultados (cf. Tabela 8), constata-se que, de um modo geral, os respondentes tendem a concordar mais com as valências positivas, apresentando estas pontuações médias mais elevadas (i.e. mais próximas do ponto superior da escala que varia de 1 – *Discordo totalmente* a 5 – *Concordo totalmente*) quando comparadas com as valências negativas.

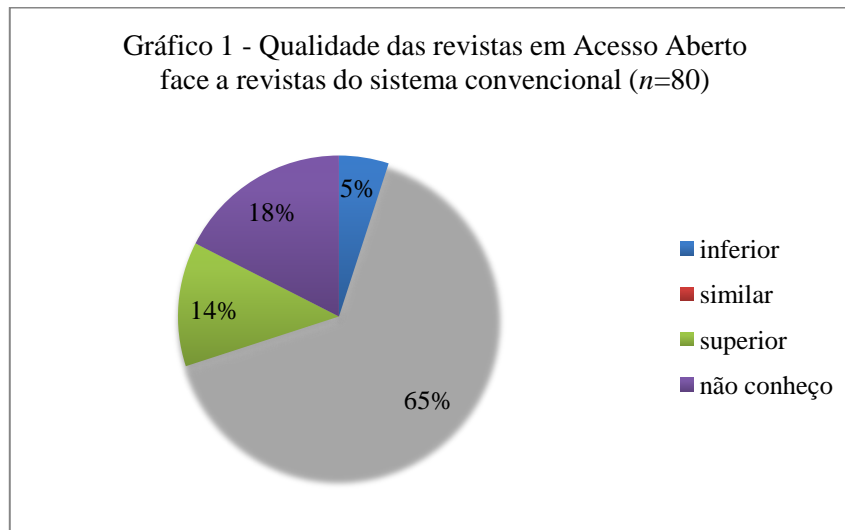
Numa análise mais específica, verifica-se que a pontuação média mais elevada é obtida no aspeto que afirma que a publicação em Acesso Aberto constitui um sistema mais rápido do que o convencional, seguindo-se os aspetos que remetem para o aumento do impacto de citação e de poder coexistir com o sistema de publicação convencional. Os aspetos que se prendem com a possibilidade de prejudicar a viabilidade das instituições académicas, de prejudicar a obtenção de financiamento e de prejudicar a longevidade do trabalho publicado nesse regime são os que apresentam as pontuações médias mais baixas.

Tabela 8

Média e Desvio-Padrão da Concordância com Aspetos Relativos à Publicação em Acesso Aberto

Afirmação	N	Média	Desvio-padrão
É mais rápido do que no sistema convencional.	80	4.05	1.04
Aumenta o impacto de citação.	78	3.88	1.09
Permite maior discussão e, conseqüentemente, melhoramentos nos meus artigos.	81	3.79	1.02
Pode não ter impacto na progressão da carreira.	79	2.84	1.11
Pode prejudicar a obtenção de financiamento no futuro.	79	2.42	0.99
Pode prejudicar a viabilidade das instituições académicas.	79	2.33	1.05
Pode prejudicar a longevidade do trabalho publicado nesse regime.	79	2.42	1.02
Pode prejudicar as minhas relações com as editoras tradicionais.	79	2.49	1.04
Pode corromper o sistema de publicação convencional.	79	2.62	1.16
Pode coexistir com o sistema de publicação convencional.	78	3.85	0.94
As publicações em acesso aberto têm muito mais leitores do que as publicações convencionais.	81	3.73	1.06

Interrogados sobre a opinião que têm relativamente à qualidade das revistas publicadas, nas suas áreas de investigação, em regime de Acesso Aberto comparativamente com as do regime convencional, a maioria ($n = 52$) dos 80 sujeitos que responderam à questão refere que têm uma qualidade similar (Gráfico 1). Apesar de a esta questão apenas responderem aqueles sujeitos que afirmaram já ter ouvido falar do movimento do Acesso Aberto, 14 respondentes (17.5%) indicam não conhecer, nas suas áreas de investigação, revistas publicadas neste regime.



Como foi já referido, em Portugal a política mandatária da FCT entrou já em vigor. Contudo, à data do questionário apenas tinha sido apresentada uma proposta, razão pela qual considerámos importante questionar os investigadores sobre a matéria.

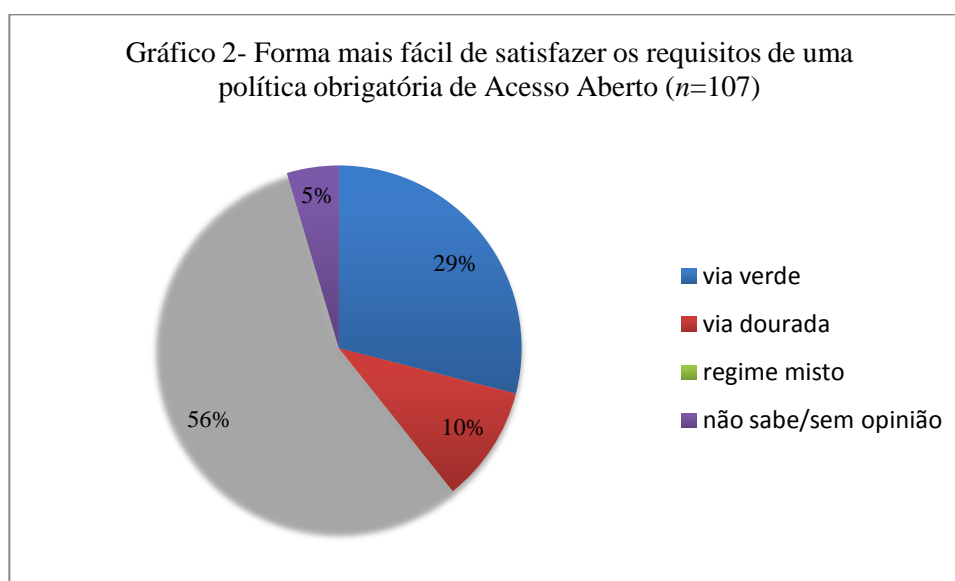
Considerando os dados compilados na Tabela 9, podemos verificar que os sujeitos da amostra são, em média, favoráveis à publicação em regime de Acesso Aberto. Através da avaliação que efetuaram a determinadas afirmações, segundo o seu grau de concordância, numa escala de 1 (*Discordo totalmente*) a 5 (*Concordo totalmente*), verifica-se que aquela que regista o valor mais elevado refere-se à disponibilização livre na Internet de resultados de investigação financiada por fundos públicos, seguida da afirmação que menciona essa mesma livre disponibilização, mas de dados científicos resultantes de projetos de investigação. Apesar de granjear a concordância dos respondentes, regista um valor menos elevado a afirmação relativa à possível imposição, pela FCT, da publicação em Acesso Aberto.

Tabela 9

Média e Desvio-Padrão da Concordância com Aspetos Relativos ao Acesso Aberto de Investigação Financiada

Afirmação	N	Média	Desvio-padrão
A publicação dos resultados da investigação financiada por fundos públicos deve estar livremente acessível na Internet (em Acesso Aberto)	108	4.35	0.96
Um mandato de Acesso Aberto à produção científica implementado pela FCT	106	4.00	1.05
Princípio da disponibilização em Acesso Aberto dos dados científicos resultantes de projetos financiados por programas públicos	107	4.27	1.02

Já no que respeita à forma mais fácil de satisfazer os requisitos de uma política mandatória de Acesso Aberto, a maioria refere que aqueles seriam mais facilmente satisfeitos através de um regime misto que combinasse a via verde com a via dourada. (Gráfico 2). Adicionalmente, 29.0% dos sujeitos respondentes ($n = 31$) defende a via do depósito de uma cópia do trabalho num repositório institucional/temático. Por último, 10.3% ($n = 11$) considera a opção de publicação em regime de acesso aberto (revistas e/ou livros), enquanto apenas 4.6% ($n = 5$) assume não ter opinião sobre o assunto em questão.



5. Conclusões

Considerada como uma comunidade tradicionalista, aos historiadores tem sido atribuída alguma resistência em tirar partido do meio digital para dar a conhecer os resultados da sua investigação.

No entanto, neste estudo sobre os investigadores de História em Portugal, percecionam-se comportamentos diferentes. Embora o livro permaneça como o principal veículo de comunicação – seja como autores, editores literários ou coordenadores científicos –, também as comunicações em congressos e os artigos em revistas científicas são importantes, sendo a possibilidade de obter versões digitais valorizada aquando da publicação de um trabalho.

No que diz respeito ao Acesso Aberto a generalidade dos participantes no estudo afirma conhecer este movimento, sendo visto como uma vantagem na disseminação e visibilidade do seu trabalho. No entanto, intuem-se algumas preocupações, nomeadamente no que diz respeito ao impacto na carreira. Não obstante, quando está em

causa a investigação financiada com fundos públicos, os participantes no estudo mostram grande concordância em disponibilizar livremente os resultados.

Relativamente às revistas científicas em Acesso Aberto, estas são consideradas por estes investigadores como similares em qualidade às publicadas no sistema tradicional. Contudo, um mandato de Acesso Aberto que privilegiasse este modelo de publicação não é o eleito, sendo a combinação entre a via verde e a via dourada a preferência dos investigadores em História em Portugal.

*Unidades de I&D consideradas**

Sigla	Designação	Afiliação institucional
CEHCP	Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa	ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
CEHFCi	Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência	Universidade de Évora
CEHR	Centro de Estudos de História Religiosa	Universidade Católica Portuguesa
CEH	Centro de Estudos Históricos	Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
CEIS 20	Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS 20	Universidade de Coimbra
CHC	Centro de História da Cultura	Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
CHSC	Centro de História da Sociedade e da Cultura	Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras
CHAM	Centro de História de Além-Mar	Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade dos Açores
CITCEM	Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»	Universidade do Porto. Faculdade de Letras / Universidade do Minho
CIDEHUS	Centro de Investigação Transdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora	Universidade de Évora
CIUHCT	Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia	Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade de Lisboa. Faculdade de Ciências
CEPESE	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade	Universidade do Porto
GHES	Gabinete de História Económica e Social	Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão
IEM	Instituto de Estudos Medievais	Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
IHC	Instituto de História Contemporânea	Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

* Adotam-se as designações utilizadas por Mattoso *et al.* (2011).

Referências bibliográficas

BJÖRK, Bo-Christer [et al.]

2010 Open Access to scientific journal literature: situation 2009. *PLoS ONE* [Em linha]. 5:6 (2010) e11273. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.plosone.org/article/fetchObject.action?uri=info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0011273&representation=PDF>

BERNIUS, Steffen [et al.]

2013 Exploring the effects of a transition to Open Access: insights from a simulation study. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [Em linha]. 64:4 (2013) 701-726. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22772/abstract>

BORGMAN, Christine L.

2010 *Scholarship in the digital age: information, infrastructure, and the Internet*. Cambridge (MA) : The MIT Press, 2010.

COMISSÃO EUROPEIA

2011 *National open access and preservation policies in Europe: analysis of a questionnaire to the European Research Area Committee*. [Em linha]. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/open-access-report-2011_en.pdf

COMISSÃO EUROPEIA

2012 *Survey on open access in FP7* [Em linha]. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://goo.gl/wPUOJ>

CRONIN, Blaise

2003 Scholarly communication and epistemic cultures. *New Review of Academic Librarianship* [Em linha]. 9:1 (2003) 1-24. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13614530410001692004>

CUNHA, Mafalda Soares da ; CARDIM, Pedro

2012 A internacionalização da historiografia em Portugal no século XXI. *História da Historiografia* [Em linha]. 10 (dez. 2012) 146-163. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/487>

DALTON, Margaret Stieg

2008 The publishing experiences of Historians. *Journal of Scholarly Publishing* [Em linha]. 39:3 (April 2008) 197-240. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/scp/summary/v039/39.3.dalton.html>

GRIFFITHS, Rebecca; DAWSON, Michael; RASCOFF, Matthew

2008 *Scholarly communication in the History discipline : a report commissioned by JSTOR* [Em linha]. [S.l.]: Ithaka, 2008. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.sr.ithaka.org/sites/default/files/reports/4.11.1.pdf>

GUARDADO, Maria Cristina; BORGES, Maria Manuel

2011 Some trends in electronic publishing and open access in portuguese history journals. *Information Services & Use* [Em linha]. 31:3-4 (2011) 235-241. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em:

<http://iospress.metapress.com/content/b50043504jk17571/?p=6938334d8e3742088f18be00d4da9e05&pi=16>

HARNAD, Steven

2010 The open challenge: a brief history. *Public Service Review: European Science & Technology* [Em linha]. 9 (2010) 13-15. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://eprints.soton.ac.uk/271816/>

HEATH, Malcolm; JUBB, Michael; ROBEY, David

2008 E-Publication and Open Access in the Arts and Humanities in the UK. *Ariadne* [Em linha]. 54 (2008). [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue54/heath-et-al#6>

HISTORY UK

2012 *Open Access publishing: briefing document and policy* [Em linha]. [Reino Unido : HistoryUK], 2012. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: http://www.history-uk.ac.uk/sites/history-uk-he/files/attachments/history_uk-open_access_publishing_briefing_and_strategy.pdf

JUBB, Michael

2013 Introduction: scholarly communications: disruptions in a complex ecology. In SHORLEY, Deborah; JUBB, Michael, ed. – *The Future of scholarly communication*. London: Facet Publishing, 2013. p. XIII-XXXVI.

MATOSO, José [et al.]

2011 *Ciências Sociais e Humanidades: mais excelência, maior impacto: internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação, disseminação e relação entre as políticas científicas nacional e comunitária*. [Em linha]. Lisboa: CCCSH, 2011. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: https://www.fct.pt/conselhos_cientificos/docs/rel_final_CCCSH_2011.pdf

NENTWICH, Michael

2003 *Cyberscience: research in the age of the Internet* [Em linha]. Viena: Austrian Academy of Sciences Press, 2003. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://hw.oeaw.ac.at/3188-7inhalt?frames=yes>

PRÍNCIPE, Pedro [et al.]

2011 Políticas e mandatos de Acesso Aberto: percepções dos investigadores. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11, Lisboa, 2012 – *Integração, acesso e valor social* [Em linha]. Lisboa: BAD, 2011 [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/428>

PORTUGAL. Fundação para a Ciência e Tecnologia

2014 *e-Ciência : política de acesso aberto*. [Em linha]. Lisboa: FCT, 2014 [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <https://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml.pt>

REINO UNIDO. Department for Business, Innovation & Skills

2012 *Government to open up publicly funded research* [Em linha]. [London: UK Government]. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/government-to-open-up-publicly-funded-research>

RIZOR, Sara L.; HOLLEY, Robert P.

2014 Open Access goals revisited: how green and gold open access are meeting (or not) their original goals. *Journal of Scholarly Publishing* [Em linha]. 45:4 (July 2014)

321-335. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: [https://www.academia.edu/7647033/Open_Access_Goals_Revisited_How_Green_and_Gold_Open_Access_are_Meeting_or_Not_Their_Original_Goals - Rizor et al](https://www.academia.edu/7647033/Open_Access_Goals_Revisited_How_Green_and_Gold_Open_Access_are_Meeting_or_Not_Their_Original_Goals_-_Rizor_et_al)

ROYAL HISTORICAL SOCIETY

2013 *Information for Historians on the RCUK Open Access policy* [Em linha]. London: Royal Historical Society, 2013. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.royalhistoricalsociety.org/OAInformationSheetRHSversion20June2013final.pdf>

STALEY, David J.

2009 JAHC and Open Access Publishing. *Journal of the American Association for History and Computing* [Em linha]. 12:1 (Fall 2009). [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/spo.3310410.0012.103>

SUBER, Peter

2012 *Open access*. Cambridge (MA): The MIT Press, 2012.

SCHMIDT, Birgit ; KUCHMA, Iryna

2012 *Implementing Open Access mandates in Europe: OpenAIRE study on the development of Open Access Repository in Europe* [Em linha]. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2012 [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.oapen.org/search?identifier=436832>

UMIC

2011 *A Sociedade da Informação em Portugal 2010*. Lisboa: UMIC, 2011.

WALTERS, William H. ; LINVILL, Anne C.

2011 Characteristics of open access journals in six subjects areas. *College & Research Libraries* [Em linha]. 72:4 (July 2011) 372-392. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://crl.acrl.org/content/early/2010/09/14/crl-132.abstract>

WILLIAMS, Peter [et al.]

2009 The Role and future of the monograph in arts and humanities research. *Aslib Proceedings: new information perspectives* [Em linha]. 61:1 (2009) 67-82. [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=1766874>

Maria Cristina Guardado | cguardado@ua.pt

Universidade de Aveiro – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda / Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Maria Manuel Borges | mmb@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CETAC.MEDIA